

## Apresentação

Com renovada satisfação apresentamos o terceiro número do décimo terceiro volume da *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, gerida pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. A nossa finalidade é divulgar artigos científicos, artigos de reflexão e resenhas cujo conteúdo afine-se com as seguintes temáticas gerais: (1) Hermenêutica, Constituição e Concretização de Direitos; e (2) Sociedade, Novos Direitos e Transnacionalização.

O presente número inicia-se com artigo de Angelo Viglianisi Ferraro sobre a qualificação jurídica do embrião como sujeito de direito na Itália. Já Livio Perra e Teresa Perra apresentam pesquisa sobre o direito à saúde na Itália durante a pandemia de COVID-19. Pablo Contreras e Domingo Lovera examinam as razões pelas quais a Constituição chilena de 1980 continuou sobrevivendo a tentativas de processos constituintes anteriores ao ora em curso. Isaac Ravetllat Balleste e Jairo E. Lucero discutem o Comitê de Direitos das Crianças como nova plataforma do direito internacional ambiental. Melina Carla de Souza Britto, André Parmo Folloni e Fabrício Bittencourt da Cruz tratam do tema da proteção de capacidades como direitos fundamentais sociais a partir da Constituição brasileira de 1988. Mateus de Oliveira Fornasier analisa a inteligência artificial no âmbito da noção de Estado democrático de Direito. Martonio Mont'Alverne Barreto Lima e Emanuel Andrade Linhares apresentam crítica hermenêutica às exceções constitucionais produzidas pela Operação Lava Jato. Paulo Junior Trindade dos Santos propõe estudo sobre o constitucionalismo contemporâneo no quadro teórico do direito internacional dos direitos humanos. A crise da democracia representativa é tema de Thomas Passos Martins. Na sequência, Ana Paula Barbosa-Fohrmann, Renato José de Moraes e Arthur Cezar Alves de Melo discutem a relação das ideias sobre justiça e teoria política de Georgia Warnke com pensadores como Habermas, Rawls, Walzer e Dworkin. Tatiana Cardoso Squeff e Guilherme Mucelin examinam a transformação digital produzida nos contratos internacionais online de consumo. Por fim, Adriana Lampert e Vladimir Oliveira da Silveira tratam dos fundamentos da Agenda 2030 e sua aplicação pelo Poder Judiciário brasileiro.

Agradecemos, novamente, aos nossos autores supracitados e aos pareceristas que, anonimamente, atuaram no processo de avaliação das submissões. A colaboração de todos é essencial para a qualidade desta Revista.

Reiteramos nossa satisfação em receber trabalhos de quem tiver interesse em vê-los publicados nesta revista. Os artigos poderão ser remetidos, em fluxo contínuo, via <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/index>

As normas de submissão estão no referido sítio virtual.

*Anderson Vichinkeski Teixeira*  
Editor